

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de novembro de 2022 - Ata n.º 110.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **110.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Gilson de Souza, 2.º Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 109, de 21 de novembro de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e demais visitantes no Plenário da Assembleia Legislativa, além dos que acompanham pelas redes sociais e pela TV 10.2, a *TV Assembleia*.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagens: Mensagem n.º 112/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 506/2022**) que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado; Mensagem n.º 113/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 7/2022**) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná. Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Cel. Lee. Declina. Deputado Requião.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Requião Filho; Luciana Rafagnin; Plauto Miró; e Goura.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Estava esperando ter mais cinco minutos, Presidente, mas vamos lá! Meus caros colegas, vocês irão votar a venda da Copel, a privatização da Copel. Já disse, deem o nome que queiram, é venda, é entrega, é dilapidação do patrimônio público. Quer entender por que, meu colega? Eles esperam arrecadar com a venda da Copel em torno de R\$ 3 bilhões. Nos últimos quatro anos, a Copel entregou ao Governo do Estado R\$ 2,2 bilhões. Em menos de seis anos, Deputados, a Copel, dentro dessa média, terá passado mais do que os 3 bilhões que o Governo pretende arrecadar. O valor da Copel como empresa é um, o valor das ações da Copel sendo derramadas na Bolsa de

Valores, mesmo com o aumento momentâneo como tivemos ontem, de 24%, é outro, e será sempre inferior ao valor do todo. Estão entregando a Copel por 1/5 do que ela vale! Coloquem isso na ponta do lápis e venham me dizer que é um bom negócio! Venham me dizer que é um bom negócio arrecadar R\$ 3 bilhões com a venda de uma companhia que vale mais de 15 bilhões, sendo que em menos de seis anos o Estado ganha mais do que isso, Pastor. Sai mais barato pegar 3 bilhões do Itaú, emprestado na pessoa física do pai do Governador, do que vender a Copel por 3 bilhões, sendo que ela entrega mais do que isso em menos de cinco anos, Deputado Guerra. Se o Estado fosse uma *holding* e o Presidente do *board* desse essa ideia para a *holding*, ele seria expulso da mesa de negociações. Parece que teve um banco, um tal de BTG, que há quatro meses vem sorrateiramente comprando ações da Copel. Será que eles sabiam o que não sabíamos? Será que foram o BTG e alguns outros *players* do mercado os responsáveis, será que foram, o BTG e os *players* do mercado, os responsáveis pelo movimento atípico de compra de ações na sexta-feira passada? Se foram, seria isso *insider trading*, seria isso a corrupção, aquela que o Deputado Marcel falou que não conhece? Como, por exemplo, a devolução de dinheiro por parte do Estado naquele contrato absurdo da terceirização do Depen? Para mim aquilo é corrupção, só não tem gente presa ainda. Corrupção foi o contrato com a Unicesumar, que não deu certo, só não tem gente presa ainda; corrupção é o que temos em diversos outros órgãos do Estado, inclusive no DER, Deputada Mabel, que só não tem gente presa ainda. A corrupção existe, o que não tem ainda é a condenação – para usar um termo muito querido do Deputado Arruda – dos vagabundos que fazem parte deste Governo. Já que ele pode falar, nós também podemos. Gostaria que não fosse esse o nível aqui. Mas entregaram uma empresa de mais de R\$ 15 bilhões, por menos de três, sendo que em menos de cinco anos, na média atual, o Governo recuperaria esse dinheiro. É um absurdo, é um péssimo negócio para o Estado. É um péssimo negócio, já falei, ontem, aqui, para as famílias paranaenses. É um péssimo negócio para a indústria paranaense. É um péssimo negócio para o agro paranaense. É um péssimo negócio porque a Copel mudou o seu estatuto e dará sempre o aumento máximo, concedido para a

Copel. Essa privatização mascarada garantirá que o Paraná tenha a maior conta de luz do Brasil. Para quem isso é bom? Para quem esse Governador trabalha? Deveria ser para o povo paranaense. O discurso do Líder do Governo dizendo que os tempos mudam. Mudam mesmo, meu caro Marcel... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Para concluir, Presidente. Mudam mesmo. As privatizações das companhias de energia elétrica, de água e luz do mundo estão sendo revistas na Europa capitalista e nos Estados Unidos. Já se mostrou, demonstrou, se firmou e se comprovou, que a entrega de monopólios estratégicos para a área privada gera prejuízo, diminuição de investimentos e aumenta o custo do País e dos Estados. Entregar a Copel, senhores, é um ótimo negócio, talvez para aqueles que compraram ação, mas para a Copel e para os paranaenses é, simplesmente, um roubo do nosso futuro e de dinheiro do povo do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, peço às galerias. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero saudar todos os companheiros e companheiras, os visitantes, que estão aqui acompanhando a Sessão nesta tarde. Sejam todos bem-vindos a esta Casa. Saudar todos que nos acompanham por meio da *TV Assembleia*. Dizer, Sr. Presidente, que olhando a pauta de hoje, olhando os projetos que chegaram à Casa no dia de ontem e olhando agora o povo aqui se manifestando, fez-me lembrar muito, Deputado Nereu Moura, fez-me lembrar muito o ano de 2001, quando aqui Vossa Excelência também estava, o Deputado Romanelli, quando tínhamos aqui a Bancada de Oposição. Éramos poucos, mas sempre defendemos muito bem, principalmente, o patrimônio do povo paranaense. Defendemos e continuamos aqui e, com certeza, falo por mim neste momento, pela nossa Bancada do PT. Com certeza vamos continuar defendendo o maior

patrimônio do Estado do Paraná, que é a nossa Copel. Precisamos defender esse patrimônio, até porque aqui a Copel, no nosso Estado, tem muita história. São quase 70 anos. A Copel tem projetos importantes, projetos sociais. Também sabemos como bem disse aqui o Deputado Maurício Requião, a Copel é lucrativa. A Copel é uma estatal que dá lucro e não nos faz entender, em momento algum, o porquê de o Governo Ratinho Junior querer privatizar a Copel, seguindo a linha na época, então, do Governador Jaime Lerner, também pedindo a privatização da Copel. Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quando olhamos para uma empresa, que é o maior patrimônio do nosso Estado e é uma das maiores empresas do nosso País. Uma empresa que em nenhum momento deu prejuízo. Por que privatizar? Por que vender esse patrimônio do Estado do Paraná? Fico pasma quando olho a pauta que chegou à Casa, ontem, porque são inúmeros projetos, inúmeras mensagens, que falo que é um pacote de maldades que chegou a esta Casa e chega em regime de urgência. Regime de urgência, Deputado Plauto, que não dá tempo para nós, Deputados, podermos analisar bem todos esses projetos; saber o que esconde cada projeto desses; saber o tem por trás de cada linha, de cada parágrafo. Sabemos que se o Governo do Paraná não quer o diálogo, não quer discutir com o povo paranaense esses projetos, é porque eles não fazem bem ao povo do Paraná. Queremos, sim, o debate. Queremos, aqui, e gostaria de reforçar o pedido de que não votássemos esse projeto da venda da Copel, que não fôssemos na linha da privatização que o Governo está fazendo neste momento (manifestações nas galerias). O Governo Ratinho Junior prometeu em campanha, prometeu em campanha que não venderia a Copel. Na verdade, está traindo o povo do Paraná, porque está traindo o povo do Paraná quando encaminha um Projeto para a privatização da Copel. E não é só isso. Sabemos que desde que passou a eleição são inúmeros os projetos que o Governo encaminha para cá, na linha da terceirização, na linha da privatização. Assim está sendo com a educação. Assim está sendo com os presídios. Não podemos concordar. Cria novas Secretarias, cria mais de 450 cargos. No entanto, faz os projetos, encaminha todos para a linha da privatização. Isso para mim

significa que o Governo Ratinho Junior está assinando, está assinando, que é incompetente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Só para concluir, quero dizer que o Governo Ratinho Junior assina que ele é incompetente para governar o nosso Estado. Que ele não consegue conduzir as nossas estatais, que ele não consegue ser responsável pela educação pública de qualidade, que ele não consegue ser responsável pelos presídios que tem no nosso Estado, que ele não consegue ser responsável pela saúde pública de qualidade. Então, na verdade, Sr. Presidente, não deveria ter sido candidato novamente. Deveria ter assumido que não tem condições de governar o nosso Estado e ter deixado, com certeza, o Roberto Requião, que governaria muito bem e não privatizaria a nossa Copel. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor. Por favor, galerias, quero a compreensão de vocês. Deputado Plauto, por favor, com a palavra.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, hoje pela manhã e ontem à noite também recebi uma série de mensagens, via *WhatsApp*, ligações telefônicas, do segmento produtivo do Estado do Paraná, o segmento rural, com relação à criação de uma nova taxa, que, pelas mãos do Poder Executivo, vai encarecer o custo de produção do produto soja, da mandioca, do trigo que faz o nosso pãozinho, do milho, e também, de acordo com o Projeto de Lei, e a manifestação dos produtores, temos um aumento no custo de produção aqui no Estado do Paraná. E hoje pela manhã comecei, Sr, Presidente e Sr.^s Deputados, até mesmo por ser um representante do agro, sou agricultor, houve uma série de notas de repúdio que vem a nós, encaminhados, um exemplo, pela sociedade rural dos Campos Gerais, que é contra o Projeto de Lei 498 de 2022, que taxa o agronegócio paranaense. Também por sindicatos rurais de Ponta

Grossa, de Arapoti, de Carambeí, de Castro, de Imbituva, de Ivaí, de Jaguariaíva, de Ortigueira, de Piraí do Sul, de Reserva, de Teixeira Soares, de Telêmaco Borba e Tibagi, todos eles da região dos Campos Gerais, sem contar manifestos de outros sindicatos, de outras regiões do nosso Estado do Paraná. Mas o que mais me impressionou, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, e aqui quero fazer a leitura, é uma nota feita pela Faep. E quero pedir aqui ao Deputado Romanelli, aos demais Deputados da Casa, que ele é um texto pesado, mas que traz mensagem à questão do pedágio no Estado do Paraná e também em outros Estados, assinado pelo Presidente da Faep, Ágide Meneguette. Ele diz: “O Governo do Paraná, imitando os estados de Goiás, Mato Grosso, enviou mensagem, por meio do Projeto de Lei à Assembleia, criando o Fundo de Desenvolvimento de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná, apunhalando os produtores rurais pelas costas. Mesmo com o alerta do setor produtivo, o Governo do Paraná delegou, por completo, a concessão de rodovias do anel de integração que reúne a maior parte das rodovias estratégicas do Paraná. O que ele poderia ter feito? As concessões, como foram realizadas no passado”. Então, ele está falando para que o Governo tivesse feito o processo licitatório. Está aqui relatado também que o Governo deixou as concessões para o Governo Federal e o resultado está aí, ano após ano das extinções das concessões às rodovias, elas estão acabando, deteriorando, e não há vislumbre que o processo de licitação das concessões esteja à vista. No desespero, Deputado Arilson, fruto da incompetência, os Governos dos três Estados acham que encontraram a solução para o problema do atraso das concessões nas rodovias, e jogam a responsabilidade financeira nas costas dos produtores rurais, que na ótica desses governantes estão com as *burras cheias de dinheiro*. Só que na realidade os *comanditeis* estão com os preços elevados para o outro lado e o setor produtivo sofre com altíssimos custos de produção em relação à crise econômica mundial, agravada pela invasão da Ucrânia. Os governos estaduais estão na verdade cometendo uma chantagem rasteira, que de modo algum contempla o interesse público, como a cobrança do ICMS sobre produtos agrícolas está diferida há décadas. Cobrar impostos sobre comida seria um escárnio. Esses Governos querem uma lei que diga: se o

produtor rural não quer ter o ICMS cobrado, então que pague a taxa que ele está criando para construir as rodovias que foram abandonadas por ele mesmo, na mais sórdida das manobras... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Plauto, V.Ex.^a está inscrito no horário do União Brasil. Vai falar?

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Vamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Na mais sórdida das manobras os Governos estão, na prática, criando um imposto que recai sobre as costas dos produtores rurais, indiferentemente sobre toda a sociedade. Em resumo, como não souberam fazer nada até agora, acharam uma solução fácil, *bater a carteira* dos produtores rurais, que vão pagar pelas duplicações das rodovias para que todo mundo pague uma tarifa de pedágio menor. A situação da produção agropecuária é passageira. Tão logo termine a guerra da Rússia contra a Ucrânia, a produção rural no mundo se normatizará, os preços dos produtos agrícolas também voltarão ao normal, e aí como fará o Governo do Estado quando a renda do produtor cair? Vai desenvolver o dinheiro, vai devolver, devolver o dinheiro arrecadado nessa bizarra extorsão? Esta solução é mais esdrúxula que alguém poderia conceber, mas é também uma confissão de incompetência ao admitir que não consegue resolver um problema que está aí há anos, em uma só expressão, chantagem em cima do produtor rural. Essas não são minhas palavras, Sr. Presidente, isso aqui é a entidade que representa a agricultura do Estado do Paraná, assinado pelo seu Presidente, que até fiquei surpreso, o Ágide Meneguette assina essa nota, e espero que sirva ela como uma base para os Deputados que vão votar esse Projeto de Lei que virá ao Plenário da Assembleia para ser votado, que é a criação de uma taxa em cima dos produtos rurais. E quero dizer a todos que estão aqui, sabem onde que vai refletir esse aumento, essa taxa? No nosso bolso, no bolso do consumidor, porque na hora que taxa o trigo, o pãozinho vai subir; na hora que taxa o milho e a soja, a carne dos suínos,

a carne do frango, vai subir também. Então, isso aqui, esse Projeto, na minha avaliação, é uma barbaridade, e espero que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná possa olhar com atenção. E tenho certeza de que o Governador do Estado do Paraná não sabe o que mandou para cá. A sua assessoria que realizou esse Projeto, que fez esse Projeto de Lei que está na Casa, ela avançou o sinal e parece-me que tudo isso aqui veio de uma mente lá da Secretaria da Agricultura do nosso Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde a todos os Deputados, Deputadas e servidores, especialmente aqui aos copelianos, especialmente a nossa boa tarde aos estudantes do Colégio Estadual do Paraná, a nossa boa tarde a todos os paranaenses, que estão indignados, Deputados, que ouviram uma coisa durante o período eleitoral por parte do Governador eleito, Ratinho Junior, que falou de respeito aos servidores da Copel, que falou do valor estratégico da Copel na soberania energética do nosso Estado, que falou coisas dessa maneira, dessa toada, nessa linha durante o período eleitoral, e, agora, senhoras e senhores, quando vem a Copa do Mundo, quando estamos em um período de transição do Governo Federal, ele vem, em regime de urgência, 17 Projetos de Lei, falando de várias coisas. O Deputado Plauto trouxe aqui a questão do agro, que é importante, que é justa, que é necessária, e que tem que ser debatida nesta Casa, não com regime de urgência, com audiências públicas, com discussão com todos os envolvidos. Vemos a mudança de regime de gestão da Biblioteca Pública do Paraná e do Colégio Estadual do Paraná também no mesmo *pacotão* do Governador Ratinho Junior. E o mais grave é, sim, a privatização da Copel, sem desmerecer as outras questões. Isso mostra, isso mostra para nós, senhoras e senhores, que as lutas são transversais, não é uma luta dissociada da outra. A luta da educação não está dissociada da luta do serviço público de qualidade, da valorização dos servidores públicos, e vice-versa. Lutamos esses quatro anos pela recriação da Secretaria da Cultura, e agora ela

vem, Deputado Arilson, no pacote. Por quê? Porque o Governo Lula vai recriar o Ministério da Cultura, vai recriar o Ministério das Cidades, e vemos então o Governo tendo que se adequar ao que o Governo Federal vai fazer. Que bom, maravilha. Agora, vamos ver o que está acontecendo no mundo inteiro em relação a estatais de valor central e estratégico para a soberania dos países, Deputado Bazana. A água não pode ser privatizada, não se enganem, a Sanepar é a próxima da lista. A energia não pode ser objeto de interesse do lucro dos acionistas. Estamos falando, Deputada Luciana, dos interesses do povo do Paraná. Além de ser um profundo desrespeito do Governador Ratinho Junior com esta Casa, com a democracia, com o povo do Paraná, é uma profunda demonstração de ignorância histórica do papel que a Copel cumpriu na composição do nosso Estado, na história do Paraná. O mesmo vale para a biblioteca, o mesmo vale também para o Colégio Estadual do Paraná. Então, senhoras e senhores, como Líder do PDT, como Deputado do Partido Democrático Trabalhista, um Partido que sempre esteve historicamente na defesa dos servidores, dos trabalhadores, votaremos contra este Projeto, caso ele chegue aqui a este Plenário. Mas fazemos um apelo, Presidente Ademar Traiano, fazemos um apelo ao senhor, pela independência desta Casa, esses projetos devem ser devolvidos ao Palácio Iguaçu. Hoje é inadmissível, Sr. Presidente, que, digamos, no apagar das luzes do final do ano, queremos celebrar as vitórias do Brasil na Copa do Mundo, queremos compor e ajudar o Governo de transição do Presidente Lula, Vereador Vanhoni que aqui está, Deputado Federal, é inadmissível que esses Projetos passem no regime de urgência aqui na Assembleia. Que eles sejam, sim, debatidos. Que os copeleanos, os servidores e servidoras da Copel tenham a oportunidade de se manifestar em audiências públicas, não apenas aqui em Curitiba, mas em todo o Estado do Paraná. A ação prevista pelo Governo do Estado não pode macular a independência e a força deste Poder Legislativo. Temos, Deputado Caputo, o dever, não com o Governador, com o povo do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, por favor, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. E o nosso pedido é esse, que os projetos voltem e atravessem a rua para o Palácio Iguaçu e que façamos audiências públicas, se esse é assim de fato interesse do Governador Ratinho Junior de vender o Estado do Paraná, que façamos o debate com o povo do Paraná. Viva a Copel! Viva a Biblioteca Pública! Viva o Colégio Estadual do Paraná! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos. (Manifestações nas galerias.)

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Cumprimentar a população que acompanha esta Sessão. E um cumprimento especial aos copeleanos e copeleanas que hoje nos honram com suas presenças aqui na Assembleia. A Copel, fundada em 1954, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha, foi criada como uma empresa pública, uma estatal para prover o desenvolvimento do Estado do Paraná. Empresas privadas que produzem energia elétrica já existiam naquela época e continuam existindo até hoje. Temos outras empresas no Paraná e no Brasil. Mas a Copel é diferenciada. Ela foi construída com o esforço de muitas gerações. Com o esforço de toda população do Paraná. A Copel já foi atacada e quase foi privatizada em 2001. Este livro com o título *Copel é nossa* foi lançado este ano. Escrito pelo Sergio Inácio Gomes, um engenheiro, foi dirigente do Senge, hoje é professor do Instituto Federal lá em Paranavaí, está aposentado como engenheiro. Tem a contribuição aqui do Leandro, que está aqui nas galerias, que é o Presidente do Senge, é um Engenheiro Elétrico, é um copeleano, trabalha na Copel há anos. O Senge veio à Assembleia com o Sergio Inácio Gomes. Fizemos uma Audiência Pública aqui nos 21 anos da vitória do povo do Paraná. No dia 15 de agosto de 2001, esta Assembleia aqui estava votando um Projeto para evitar a venda da Copel. E foi apoiada pelo povo do Paraná, que chegou aqui ocupou esta Assembleia e protegeu a maior companhia, a maior empresa que o

Paraná tem. A Copel é muito importante. É importante para os domicílios residenciais. É importante para os domicílios comerciais. Também para o setor de serviço do Estado do Paraná. É importante para a indústria. É importante para a agricultura, para a agroindústria do nosso Estado. É importante porque a Copel oferece um insumo que é a energia, tão necessário para o desenvolvimento de um povo. Energia não pode ser confundida com mercadoria. Energia é um bem. É uma necessidade básica. Não é luxo. É muito importante que a Copel, que tem sido o orgulho dos paranaenses, continue na mão dos paranaenses. É a Copel que, de vez em quando, leva o Governador a bater lá o martelo na Bolsa de Valores até de fora do Brasil. O ano passado a Copel teve um lucro líquido de mais de R\$ 5 bilhões. Foi um aumento de 29% sobre o ano de 2020. Como uma empresa lucrativa pode ser, então, entregue à sanha do mercado. Por isso, essa indignação santa dos paranaenses, aqui em especial dos copeleanos na tarde de hoje. Ela precisa ser respeitada, aplaudida. Estão cobertos de razão. Aqui verifiquei que está o Deputado Nereu Moura, que lá em 1995, é um dos Deputados que ainda está aqui na Assembleia, e lá em 1995 votou contra o Projeto, que era do Duílio Genari, lá de Toledo, que queria vender a Copel. Ele votou contra. Outro Deputado que vejo aqui que votou contra é o Deputado Romanelli. Naquela época, o PT, está aqui o Vanhoni, todos os Deputados do PT votaram contra. Todos os Deputados do PSDB, naquela ocasião, votaram contra também. Então, o MDB, inclusive na época, todos votaram contra à venda da Copel. Foram 21 Deputados aqui que votaram contra. Infelizmente passou. E aí o Governador Jaime Lerner queria vender em 95 usando esta lei, reprovada, pelo Nereu e por outros Deputados que já citei aqui, lá, em 95. Mas a população do Paraná se levantou, veio na defesa desta empresa, na defesa do interesse público e salvou a Copel. Participei do Fórum Estadual em Defesa da Copel. Era dirigente da APP como Professor do Estado, como cidadão paranaense participei Fórum. Marchamos várias vezes nessas ruas, estivemos aqui acompanhando e agora o Nereu pediu aparte, Deputado Nereu, por gentileza. Ah, na sequência. Então, vejam, esse esforço todo feito para fundar a Copel, para fazer a Copel crescer, para não deixar a Copel ser vendida, e à época qual que era a proposta do

Governo? Qual que era a justificativa? Precisava vender a Copel para pegar o dinheiro e fazer o lastro do Fundo de Previdência dos Servidores. Diz que o Fundo precisava de dinheiro e ia colocar parte do dinheiro da Copel para o Fundo de Previdência dos Servidores, diz que o Fundo precisava de dinheiro e ia colocar parte do dinheiro da Copel para o Fundo de Previdência dos Servidores. Deputado Nereu.

Deputado Nereu Moura (MDB): Só queria corrigir V.Ex.^a. Todo aquele movimento ocorreu em 2001 e não em 95 como V.Ex.^a falou.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Ah, 95. Em 95 foi a aprovação da Lei do Deputado Duílio Genari, que V.Ex.^a e outros Deputados votaram contra. Mas, em 2001, foi o movimento para votar o Projeto de Lei Popular, de iniciativa popular, para reprovar a Lei que autorizava vender a Copel. E aí que a população veio no apoio e a Copel acabou sendo salva, então, pelo povo do Paraná, pela mobilização grandiosa que tenho orgulho de ter feito parte, ajudando, inclusive, a angariar as assinaturas. Nós, pela APP-Sindicato, com os sindicatos que representam os copelianos e outras entidades, passamos a recolher assinaturas e milhares de assinaturas recolhemos para um Projeto de Iniciativa Popular contra a venda da Copel. Fiz parte desta luta e tenho orgulho disso. Então, a Copel, o que o Governador anunciou ontem: esse documento aqui que ele chama de “fato relevante” n.º 6 de 2022, “fato relevante”. Aqui o que o Governador escreve: “Comunicação recebida da acionista controlador”, isso aqui é o Diretor-Financeiro da Copel comunicando ao mercado que recebeu do Governador – que é acionista controlador que é o Estado – e aí o que é que o Governador comunica: “Que o modelo de governança em estudo prevê que uma vez implementada a operação, o Estado do Paraná permanecerá com a participação relevante, não inferior a 15%”. Mas hoje são 31% do capital social e reduz para menos da metade! Aí continua: “... e 10% da quantidade total de votos conferidos pelas ações com direito a voto”. Hoje são 69,7%, reduz para 10% a participação na hora de decidir! Noventa por cento ficam com o mercado. Que força tem o Estado do Paraná que reduz a sua participação na hora de decidir para 10%, 90% ficam na mão do

mercado, bancos e outros investidores, brasileiros e estrangeiros? O capital social que hoje é de 31 quase 32% cai para 15%, que é onde se confere também, ali, dividendos. Uma empresa que é modelo, que dá lucro, que não corre nenhum risco de quebrar. Aí a mesma desculpa do passado de que é para modernizar a empresa, por isso, vender. Ora, isso é um absurdo, não concordamos. Vanhoni que já foi Deputado Estadual, foi Vereador de Curitiba, Deputado Estadual, Deputado Federal, que nos honra com sua presença aqui, que já lutou muito aqui contra a venda da Copel e que vem hoje aqui para dizer “*não*” à venda da Copel. Então, esta empresa é do povo do Paraná, ela não é do Governador de plantão. Mandato, ele passa. Esta empresa foi fundada em 1954 e ela precisa continuar nas mãos do povo do Paraná. Senão vejamos: uma empresa que deu um lucro de mais de R\$ 5 bilhões no ano passado; que de 2020 para 2021 teve aumento de 29% do lucro líquido. Como jogar fora uma empresa importante para o desenvolvimento do Paraná? Por isso a Oposição já denunciou em um primeiro momento, ontem, já denunciávamos que somos contra. Nas Comissões Temáticas estamos trabalhando para que não seja aprovado. Estamos solicitando ao Governador que retire essa Mensagem, porque esse Projeto não é de interesse público, o povo do Paraná é contra a venda da Copel. O Governador, antes de ser eleito, antes de ser reeleito, sempre disse que era contra a venda da Copel; os representantes do Governador aqui, na Assembleia, sempre que usaram aquela tribuna disseram que eram contra, que era mentira que o Governo tinha vontade de vender a Copel, mas agora quer aprovar, inclusive, em poucas horas, liquidar, entregar, entregar para empresários estrangeiros que estão aí à espreita para comprar a Copel, porque ela é lucrativa. Por isso nos posicionamos contrários. Se o Projeto chegar a Plenário vamos votar contra, mas queremos que o Governador retire, que não afronte a nossa população mais uma vez, porque ele sabe que a população é contra a venda da Copel, que não afronte a população, para que a população tenha, então, o seu direito respeitado e a população não votou pela venda da Copel. Por isso a Copel é nossa e seguirá nas mãos do povo do Paraná. Muito obrigado. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos acadêmicos do curso de Direito da Faculdade UniSantaCruz, do Projeto Rolê Cívico Paranaense, acompanhados pelos servidores do Tribunal de Justiça, Letícia de Sellos, Ébio Luiz Ribeiro Machado, Raphael Garcia Narciso, e dos Professores e Pró-Reitor Administrativo, Professor Adriano Rogério Goedbert, e Coordenador do Curso de Direito, Professor Marlon Cordeiro. Sejam bem-vindos à Casa. Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Anibelli Neto (MDB); Galo (PP); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Miqueletto (Governo).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, Deputadas, Deputados, a todos que estão aqui no Plenário assistindo à Sessão, a quem está assistindo pelas redes. Já vou comentar sobre a Copel, assim como fiz ontem, mas hoje, assim como já relatou o Deputado Plauto, recebemos hoje pela manhã, ontem, muitos pedidos de revisão desse Projeto da taxação do agronegócio. É um Projeto que preocupou todo o setor produtivo do nosso Estado. Particularmente, a nossa região, a região dos Campos Gerais, recebemos muitas mensagens, ligações. É uma região que vive do agro, que tem muitos produtores e que seria extremamente afetada com toda essa taxação. É evidente que era uma preocupação de todos, não é? Não só do setor produtivo, mas vi que aqui nesta própria Casa havia uma preocupação. E, agora, durante a tarde, em conversa com o Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, ele nos informava que deve fazer o anúncio, daqui a pouco, da retirada do Projeto. Acho que é um fator muito positivo, demonstra esse espírito de diálogo, de conversa e de debate que deve haver entre o Governo e esta Casa. Então, ficamos felizes com a retirada do Projeto, o setor produtivo também, e esperamos, agora, que também o Governo possa ter diálogo em outros projetos que estão tramitando aqui nesta Casa, como o Projeto da Copel. Ontem, quando comentava aqui sobre o Projeto da Copel, meu principal argumento é de que precisamos debater mais o Projeto. Saber, por exemplo, o que diz esse estudo que foi feito demonstrando os pontos positivos, os

pontos negativos. É bom vender a Copel? Não é bom vender a Copel? Precisamos de debate e é um debate que não se resolve em apenas uma semana, como infelizmente está acontecendo. Então, precisamos avaliar. De qualquer forma, quero dizer aqui que o PSDB, eu, Deputado Michele Caputo, Deputada Cristina Silvestri, fechamos questão de ordem e iremos votar contra a privatização da Copel. (Manifestações nas galerias.) Acho que o importante, e me coloco nesse lugar, Deputada Luciana, não sou uma Deputada de direita nem de esquerda, não sou da Base, não sou da Oposição, sou uma Deputada independente, porque justamente gosto de analisar, conversar com a população, ver o ponto de vista. Então, tem projetos do Governo, por exemplo, que vou votar a favor, e tem projetos que vou votar contra. Essa independência que gosto de manter aqui. E em relação, então, à questão do agro, Deputado Marcel, quero cumprimentá-lo pela decisão, sei que o senhor também trabalhou muito pela retirada do Projeto, sei que outros Deputados aqui também trabalharam nesse sentido de rever essa questão. Então, parablenzo o senhor, os Deputados e o setor produtivo que trabalhou nessa construção e, ao mesmo tempo, peço-lhe mais debate em relação ao Projeto da Copel. Precisamos ver o estudo, ter mais tempo para avaliar. Era isso. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda. Antes disso, registro a presença dos Vereadores de Santa Mariana, Sr. José Antônio e Luquini, e do Vereador de Iracema do Oeste, Kalei Machado, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Sejam bem-vindos!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas e aos que nos acompanham aqui na Casa, também pela *TV Assembleia* e demais mídias. O assunto meu aqui hoje é para falar a respeito do Projeto de Lei 498/2022. Esse Projeto autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Paraná, o FDI Paraná. Projeto esse importante realmente para o futuro do Paraná, ainda mais porque vivemos uma época complicada, onde há crise na Europa, na América, na China. Vivemos em um mundo globalizado e isso pode certamente afetar o Brasil

e o Paraná, além da mudança de Governo que está para acontecer. Não sabemos se vai, mas está para acontecer. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço, por favor... Peço às galerias, por favor, que respeitem o orador, como também respeitaram os demais. A manifestação do Parlamentar aqui, ele tem liberdade para se manifestar como bem entende. É um direito assegurado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Presidente! Tenho a liberdade e a informação, e sabemos o que foi feito e o que vai acontecer, mas não é o assunto em pauta aqui, e também não é da Copel que estou falando. Achei que o pessoal daqui era da Copel, já vi que não é, é algum sindicato do PT. Já está explicado, Presidente, não é da Copel, mas tudo bem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arruda, por favor, continue com a sua fala.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vamos lá. Esse Projeto, embora seja importante, como ele foi colocado... (Manifestações nas galerias.) Oh, Presidente, por favor, manda retirar quem está gritando!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Peço à nossa assessoria de segurança. Não vou admitir agressão a qualquer Deputado que seja... (Manifestações nas galerias.) Vocês estão sendo muito bem recebidos. Oh, por favor, segurança. Segurança, por favor, venha aqui, tem um cidadão exaltado. Com educação, vamos retirá-lo lá de cima. É você mesmo. Estou vendo lá. É você mesmo. Ou vocês vão respeitar o Parlamento ou vamos simplesmente fazer com que vocês recuem daqui. Essa é a ordem. Essa é a ordem.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, o assunto, então, retornando aqui, é a respeito desse Projeto importante, porém ele taxa diretamente o agronegócio, que é um dos setores mais importantes do nosso País e do Paraná também. O agro é responsável por 70% da economia no Estado do Paraná e, com

certeza, a geração de milhares e milhares de empregos. Fui, hoje, recebi mensagens e telefonemas de vários produtores rurais e também de Presidentes de Sociedade Rural que estavam realmente bem chateados pela maneira como foi feito. Não é que eles são totalmente contra esse Projeto. Porém, eles têm o direito, e temos que respeitá-los e ouvi-los também, em um Projeto que envolve diretamente essa categoria. Então, liguei hoje para o Governador, o Governador me atendeu, expliquei para ele o motivo, o pessoal do agro, a importância do agro. O pessoal do agro apoiou o Governador e nada mais justo do que eles serem ouvidos antes de finalizar este Projeto. Da mesma maneira, falei com o Secretário Ortigara, que concordou com a minha opinião. O Governador foi bem sensível à fala, falou que ia resolver. Como esse Projeto ia ser votado hoje na CCJ, reunimo-nos antes de acontecer a Sessão com o Líder do Governo, o Deputado Marcel Micheletto, que ligou para o Governador, que se empenhou também para que seja adiado esse Projeto, para que as partes sejam ouvidas e assim foi resolvido. Foi uma vitória, uma vitória para o agro, uma vitória para nós Parlamentares que nos empenhamos em fazer isso e, com certeza, será uma vitória para o Governo do Estado, porque a hora que esse Projeto for concluído ele vai realmente beneficiar todas as partes e o Estado do Paraná também. No mais, Presidente, termino por aqui a minha fala. Muito obrigado! Vamos em frente, que Deus está no controle! (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e visitantes. Nós, Sr. Presidente, recebemos ontem cerca de 14 Projetos em regime de urgência. Hoje, na CCJ, ontem havia pedido vista em vários deles, inclusive o da Copel, hoje na CCJ apresentamos voto em separado em três Projetos, o das penitenciárias, porque está totalmente errado e tem uma... Não sei se o Governo faz, Deputado Michele, para querer enganar a Assembleia Legislativa ou se faz porque não tem realmente quem tenha competência para fazer um Projeto, porque o Projeto das penitenciárias, das PPPs, alega-se que é

só terceirização de serviços que não são finalidade de policial penal, só que retira o artigo todo, ou seja, permite isso. Hoje o Líder do Governo, Deputado Marcel, falou que amanhã vai alterar. O do Colégio Estadual do Paraná será retirado e o do agro recebemos, Deputada Luciana recebeu, eu recebi, o Deputado Plauto recebeu também, diversas manifestações dos sindicatos repudiando veementemente a cobrança que o Governo pretende fazer sobre a produção agropecuária – e por uma coincidência esse Projeto também estava em regime de urgência, mas foi retirado de pauta hoje. Por que o da Copel não é retirado de pauta? E não estou dizendo aqui que sou a favor ou sou contra o Projeto do agro, porque acho que tem que estudar melhor, até porque não deu tempo de estudar nenhum dos projetos, inclusive aquele que taxa bebidas e refrigerantes e que cerveja tem uma vírgula, cerveja sem álcool, mas primeiro era cerveja sem álcool e depois virou cerveja e virou sem álcool. O que não dá para entender, o que não dá para entender é por que uma empresa como a Copel vem em um discurso, embalada em um discurso que é para diluir capital, que é para transformar a empresa em uma empresa diferente, com uma justificativa de que isso irá possibilitar que seja igual às empresas europeias, que estão também no mesmo caminho, o que não é verdade. As empresas de água, de energia elétrica e de gás europeias estão sendo reestatizadas e aqui o Governo, que jurou que não iria vender a Copel, parece que esqueceu totalmente o seu discurso e como um dos atos primeiros foi fazer este Projeto do qual – aí falo de todos os Deputados, Deputado Evandro – todos os Deputados e Deputadas não têm conhecimento do que significa essa diluição de capital, porque não veio no Projeto! Tem alguns dados financeiros da Copel que são bastante interessantes, publicados hoje inclusive pelo Dieese, que falam dessa empresa. A Copel, em 2019, teve um lucro, um valor, uma variação no seu lucro de 69%, 643 milhões; em 2020, 2 bilhões e 526 milhões, 292% de lucro; em 2021, R\$ 3 bilhões. Ora, uma empresa que em três anos dá 6 bilhões para serem inclusive distribuídos em dividendos, é uma empresa que tem que ser diluído o seu capital para se tornar corporação? Quem ganha com isso? O Paraná certamente não será! O Estado do Paraná irá perder e o Governador, que é transitório, transitório, porque todos somos aqui

transitórios, temos mandatos, irá fazer com o Paraná aquilo que Lerner tentou e não conseguiu, aquilo que Richa sequer tentou e que agora o Governador Ratinho, no seu segundo mandato, para não chegar o segundo mandato e ter que fazer isso, faz em 48 horas, tenta vender o maior patrimônio que temos no Paraná. O Governador Ratinho provavelmente não se interessa muito pela sua história, porque dizer que a Copel se tornará competitiva depois de ter dito que não venderia a Copel Telecom, o Líder do Governo, quando era Líder do Governo, no Governo passado, o Deputado Hussein, por diversas vezes falou isso. Vendeu. Dizer que não colocaria a Compagas. Colocará. Dizer que não faria a venda da principal geradora que temos de energia elétrica no Sul do Brasil depois de Itaipu, que é Foz de Areia. Está sendo colocada à venda no ano que vem. As eólicas, que o Governo do Estado gastou bilhões, Deputado Estacho, para construir as eólicas no Nordeste, parece que já não interessam mais. Afinal, o que quer o Governador com a Copel? Quem são os interessados que têm tanto poder assim para fazer com que a empresa, Deputado Romanelli, que mais dá lucro no Estado do Paraná, é a empresa mais lucrativa da história, é a empresa que mais dá lucro no Estado do Paraná. Não há outra empresa semelhante. Nem o agro. O agro, hoje, quando mandou a sua carta de repúdio, que rapidamente foi atendido pelo Governador, rapidamente, questão de minutos, o Governador recebeu a carta e bateu palmas, pronto, como em um passe de mágica, o agro mostrou o seu poder. O agro é responsável por 33%, segundo essas cartas que recebemos, do PIB do Paraná. Mas, quanto é a Copel? Ou será que se a Copel não tivesse irrigação noturna, não estivesse fazendo investimento de 3 a R\$ 4 bilhões no trifásico, não estivesse durante essas décadas todas investido inclusive para que o agro fosse o que ele é hoje, e quando estamos falando do agro não estamos falando da soja, estamos falando da soja, estamos falando de suínos, estamos falando de toda a produção agropecuária. Seria o que é hoje sem a Copel? Não seria. A Copel é muito maior do que o agro. A Copel é muito maior do que todas as empresas, Deputado Paulo. Agora, a Copel está sendo utilizada para beneficiar sabe-se lá quem, porque ontem 22% a 25%, parece-me que foi 25,62% o aumento das ações da Copel e hoje estava estável. Alguém já sabia inclusive que a Copel iria trazer

esta nota? Não sei. A verdade é que ela teve uma movimentação atípica. E agora ficamos perguntando: com 10%, 10% – hoje são 69% – com 10% do controle acionário, o Governo do Estado acredita que irá ter o controle dos destinos da Copel? Não acredita! Não acredita! E quer que nós acreditemos? Desculpe, Governador Ratinho, mas o senhor não é tão... tem tanta credibilidade, embora tenha 70% dos votos, para fazer com que acreditemos nisso. Não dá, Deputado Anibelli, para acreditar que uma empresa que o seu pai lutou para que fosse paranaense, que outros Deputados aqui lutaram para que fosse paranaense, seja entregue para um grupo de especuladores, porque é isso que vão fazer, vão especular com a Copel, vão subir a energia, vão... *Ah, não, o Ratinho não vai acabar com a irrigação noturna, porque ela é ainda paga com recursos do orçamento.* E quando não for mais? A Copel vai bancar? A Copel não banca mais nem o *Programa Luz para Todos*, que é o *Luz Fraterna* ou *Luz para Todos*, eram dois programas, porque disse que isso aí não dá mais lucro, os acionistas não querem. O que querem os acionistas? Que o BNDES se desfaça da sua parte antes que o Presidente Lula assuma, porque quando assumir eles sabem que não irá fazer isso. Querem dilapidar a Copel como fizeram com a Telepar. Para onde foi o recurso da Telepar? Para onde foi o recurso da Copel Telecom? Para onde irá o recurso da Compagas? Para onde irá o dinheiro da Usina Elétrica a Gás de Araucária? Para onde que vai o dinheiro da Usina Foz da Areia? Não será para beneficiar a população. *Ah, vão fazer asfalto, vão construir casas.* E terão uma luz, uma energia elétrica 100% ou 200% mais cara. Não somos aqui profetas do caos, quem está criando o caos é o Governador, que está ali do outro lado da rua, porque ele vai destruir a maior empresa do Estado do Paraná e daqui a quatro anos será candidato a Senador, será candidato a Presidente, será candidato a sei lá o quê, mas não esqueceremos o que o Governador do Estado do Paraná está fazendo com o Paraná e espero que a população não esqueça. Se a Copel está sendo vendida, ela tem uma marca, tem nome e sobrenome. A marca é o Governo do Estado, o nome e o sobrenome é Carlos Massa Ratinho Junior. Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Boa tarde, Sr.^s Deputados, amigos da Casa, sejam todos bem-vindos, funcionários do Poder Legislativo, Presidente Traiano, membros da Mesa Executiva. O Deputado Tadeu Veneri abordou o tema sobre a Copel. Venho aqui, na condição de Presidente da Comissão da Agricultura desta Casa, dizer do momento muito difícil que aqui podemos passar. Quero acreditar, que como foi falado pelos Deputados da Oposição, o futuro Presidente Lula terá, sim, uma relação harmônica com o Governador Ratinho Junior que pedi voto e votei. Quero acreditar que as parcerias vão continuar e que o povo paranaense não sairá perdendo. Mas o fato concreto, que me leva neste dia a ter esse posicionamento público, é que confesso que me deixou muito preocupado, essa mensagem encaminhada pelo Poder Executivo taxando o agro, taxando produtos agrícolas, milho, trigo, soja, boi, porco, frango. Dizer do orgulho quando em 2019 fizemos nesta Casa a maior Audiência que o Poder Legislativo já teve, quando avançamos com segurança, tiramos a vacina da aftosa e tivemos um Estado sanitário diferenciado, passamos a pandemia, praticamente. Hoje, os mercados são possíveis que a proteína de origem animal, Deputado Marcel Micheletto, possa entrar recebendo um valor maior, agregando valor a tudo isso. De repente, nesse estímulo, nessa expectativa, também não podemos deixar de dizer esta questão do pedágio, que estava prevista acontecer a licitação. Não sabemos se vai acontecer, se será um pedágio de manutenção, se serão construídas estradas. Tudo isso fez com que o Governador Ratinho Junior, com responsabilidade, tentasse proteger esses próximos quatro anos fazendo suas metas, mas tendo recurso. Temos, sim, que achar outras alternativas, temos, sim, aqui têm pessoas com capacidade, Ex-Prefeitos, pessoas que têm conhecimento para que possamos achar outras alternativas. Venho fazer um apelo para que nenhum produto da agropecuária paranaense seja taxado. É importante que esta Casa mostre posição. Como eu disse, como Presidente da Comissão da Agricultura e Pecuária, faço um apelo ao Marcel Micheletto, faço um apelo ao Governador Ratinho Junior, para que possamos conjuntamente achar outras

alternativas, para que os técnicos, que estão fazendo a transição para o Presidente Lula, tenham a capacidade de dar alternativas para que o Ratinho, que foi eleito com 70% dos votos, possa efetivamente fazer um mandato honrado, justo, como o Presidente Lula, em Brasília. É assim que aprendi a fazer política, se ganha, se perde. Quem perde vai descobrir o porquê perdeu e se organizar para a próxima. Quem ganha tem a responsabilidade de governar. Quem ganha tem a responsabilidade de justificar o seu voto. Por isso, essa harmonia é importante. Mas entendemos que neste momento, neste final de ano, não é correto taxar os produtos agropecuários. Sou companheiro na hora boa e na hora ruim. Venho publicamente externar o meu sentimento, como alguém que quer ajudar esse Governo a entregar para a população o que prometeu na campanha. Por isso, vamos em frente. Peço mais uma vez, que todos os Deputados, conjuntamente, com respeito, com diálogo, respeitando a opinião contrária, porque talvez seja isso o que precisamos fazer dentro desse Parlamento, que vem de *parlar*, de conversar, de argumentar, de contradizer, de entender e respeitar a posição contrária. Vamos em frente. Vamos trabalhar para que o agro não seja taxado. Quero aqui meu amigo, Deputado Marcel Micheletto, na sua fala, que efetivamente você possa fazer algo mais concreto, para que todo o setor agropecuário do Estado do Paraná fique confiante, que este Governo merece o respeito. Vamos em frente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo. Arilson, o Galo, infelizmente ou felizmente, porque gostamos de ouvi-lo, antecipou-se e pediu para falar antes de Vossa Excelência.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Deputados, senhores e senhoras, que se encontram aqui. Deixa eu falar uma coisa *pra ocês*. Dizer que da onde venho, a liberdade é muito importante. Então, manifestar-se é válido. Aplaudir é válido. Vaiar é válido. Só xingar, não. Agora vaiar, oi? (Manifestações nas galerias.) Posso falar? Depois que eu falar, vocês vão botar uma baita de uma vaia, para derrubar a Casa, mas deixe falar, porque aqui tem palavra. Então, quero dizer uma coisa para vocês.

Como é que funciona quando você se torna Deputado, eleito por uma parte da população? Você decide se fica independente, se você vai ficar na Oposição ou se você será Base. Se você for Base, tem que ter palavra e a palavra, senhoras e senhores, é uma só. Participei de uma reunião a respeito de alguns dados da Copel. Uma coisa foi dita e quero transmitir isso com respeito, que você poderá dizer: *É mentira!* Que funcionários da Copel são os únicos que recebem 22 salários anualmente. (Manifestações nas galerias.) Não, depois. Pera aí. Depois, pera aí. Deixe falar e depois vocês vão vaiar, *pô*. Depois, dois minutos para a vaia. Pera aí! Pera aí! Vamos lá. Não, deixa eu continuar, tem mais coisa. *Pera aí*, tem mais coisa. A mesa vai pedir para vocês pararem. Querem ver, oh. Deixa eu falar, gente. Pera aí. Vamos lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Cobra Repórter – PSD): Por gentileza, deixem o orador falar, depois vocês se manifestam.

DEPUTADO GALO (PP): Deixa eu falar, depois, vocês falam. Vamos lá. Então, quando fomos chamados para participar de uma reunião, e não é como já foi dito aqui na Casa, que se enfiou *goela abaixo*. Eu, pelo menos, participei em todos os momentos desse caminho, para se chegar à conclusão a respeito da Copel. Foi se falado, inclusive, Foz do Areia, que estamos prestes a perder, se não houver a renovação poderemos perder. Toda a dissertação a respeito da Copel não foi em questão de 10 minutos ou meia hora. O Líder do Governo, Marcel Micheletto, por exemplo, tratou durante algum tempo com a Base do Governo, por diversas vezes, senhoras e senhores que estão aí, foi tratado esse assunto com a base do Governo. E quem é da base, então, não pode correr, porque estava na reunião quando foi perguntado pelo Traiano, Presidente da Casa: *Como é que vocês vão votar?* O Governador deu liberdade para dizer assim: *Vocês fiquem à vontade. Se vocês quiserem votar contra, por favor, votem contra, mas me falem agora.* Os senhores sabem o que aconteceu? A Base disse “*sim*”. Eu estava lá e disse “*sim*”. Então, pera aí, pera aí, pera aí, pera aí. Palavra, vejam bem, posso ser vaiado, vocês podem gritar, façam o que vocês quiserem, mas ninguém vai chamar esse *cabra* aqui, de 70 anos de idade, de 53 anos de profissão, de covarde ou que *roeu*

a corda. Posso pagar, agora, tem uma coisa, ficam reclamando, o Governador Ratinho, o Governador Ratinho, agora, muita gente que já se pronunciou aqui já foi Líder de Governo. O Requião já foi Governador, e muitas vezes cobri isso como jornalista, como radialista, participei de vaia contra o Requião, da Copel se reunir, de funcionário se reunir, e muita coisa aconteceu. Acontece que o Requião perdeu a eleição, o Lula ganhou a eleição, acredito no Lula, espera aí, acredito no Lula, disse isso ao Arilson, e o Arilson sabe disso, diversas vezes fui ao gabinete do Arilson e disse: *Acredito no Lula, mas acredito no Governador Ratinho Junior, votei no Governador Ratinho Junior, e a maioria da população votou no Ratinho Junior*. Não fui reeleito Deputado, tentei ser candidato a Deputado Federal, tomei no... pois é, vida que segue, não há problema, não é. Estacho. A população decidiu pelo Moro, decidiu pelo Deltan Dallagnol, e por tantos outros aí que serão os seus representantes. Teve um colega da Copel que tentou sair candidato, fez 6 mil votos. Então, senhoras e senhores, a escolha foi feita, e a questão da Copel será decidida, sim senhores, da forma como o Governo mandou, já foi definido com a Base e a Base deu a palavra. (Manifestações nas galerias.) Está fraca a vaia, está fraca a vaia, isso não é vaia de indignação, tem que ser uma vaia mais forte. Então, senhoras e senhores, na história vai constar lá, os Deputados que votaram a favor do Governo na questão da Copel. O meu nome vai estar lá, mas vão dizer assim: *o Galo não roeu a corda*, porque palavra é uma só. Palavra solta não se pode voltar atrás. E o que o Governador está fazendo é trazer benefício. Agora, quero ver o que será falado quando for anunciado o novo formato do pedágio pelo Governo Federal, aí quero ver qual é que será a manifestação. Então, senhoras e senhores, quero dizer a vocês que estão aí, vejam bem, vocês que estão aí, que Deus abençoe a vida de vocês, que Deus abençoe a vida de vocês, mas tenho a sensação de que o que vem aí para a Copel será melhor, o detalhe é que segundo informações não terá mais 22 salários. Senhor Presidente, vida longa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Cobra Repórter – PSD): Com a palavra, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Boa tarde à população paranaense que está aqui presente hoje, a todos que estão interessados na pauta importante para o Paraná. Hoje estamos aqui com parte da população paranaense mobilizada. Podia ser por uma coisa melhor, mas é para barrar alguns dos exageros, algumas das imprudências cometidas pelo Palácio do Iguaçu. A Copel, a maior empresa pública do Paraná e a maior companhia pública de energia elétrica do Brasil, corre o risco de ser, corre o risco de ser privatizada. Aqui no Palácio, ou defendido por alguns colegas Deputados, dizem que vai virar uma corporação. Vai virar nada, vai virar do mercado. O Estado hoje detém 69.7% das ações de voto na empresa, com o modelo aplicado e que for votado aqui, caso passe, o Estado terá 10% de controle. O que significa isso? Significa uma historinha que todos vocês conhecem. Todas as empresas privatizadas inquiriram em três fatos: aumento de tarifa, redução em investimento e perdas dos direitos trabalhistas de quem produz e quem trabalha e quem faz a empresa de verdade. Países como a Alemanha, países como os Estados Unidos, países como a França estão reestatizando todas as companhias de água, luz e saneamento, e o Paraná corre ao contrário, porque a realidade virtual que toca o celular do Governador é outra, e a que toca o povo que está aqui é diferente. O Governador nunca ouviu a população do Paraná, inclusive não teve coragem de debater esse tema nas eleições. Fugiu, fugiu dos debates, fugiu das entrevistas e teve coragem de gravar vídeo dizendo que não venderia a Copel. Está vendendo a Copel. Está infelizmente fazendo com que o povo paranaense seja lesado. Existem 104 distribuidoras de energia no País, a Copel tem 86, número 86 a energia mais barata, apenas 14 vendem mais barata que a Copel, mas são pequenas, nenhuma com a dimensão da Copel. O que vai acontecer? Essas 18 empresas que vendem a energia mais barata continuarão vendendo, e a Copel vai passar a compor o *ranking* das coisas mais caras, assim como tínhamos o pedágio mais caro, assim como temos o gás mais caro, vamos ter a energia elétrica mais cara do País, por um delírio do Palácio do Iguaçu, um delírio. Hoje, se continuarmos a atender aos pedidos do Palácio do Iguaçu, vamos penalizar o setor produtivo, vamos tirar a competitividade da economia

paranaense, vamos ferir principalmente a pequena, micro e média empresa. Estamos aqui hoje para tratar de um tema que é interesse do Brasil. E hoje fiz uma conversa com a equipe de transição do Presidente Lula para tratar da venda da Copel. O BNDES é detentor de 24% das ações da totalidade da Copel. A Eletrobrasil também é detentora de 1.5%. O modelo que está sendo feito aqui fere o patrimônio nacional. O modelo que está tendo aqui vai trazer prejuízo ao Brasil. E hoje fui muito bem ouvido pela Deputada Gleisi Hoffmann, que me passou para o jurídico da transição, que falei com o Ex-Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e vamos ter uma tratativa jurídica sobre tudo o que está ocorrendo aqui dentro desta Casa. É inadmissível que vão agora fazer mal, não consultar um Presidente eleito, que defende empresa pública, que defende energia elétrica pública, e vem um Governo no fim de feira querer *passar o rodo* no povo paranaense. Desculpe o termo, mas é *rodo*, não tem outra coisa para falar. Ao tirar o poder de decisão da Copel, vamos acabar com as tarifas diferenciadas. O programa de tarifa rural noturna, que tem baixo valor, será extinto. O programa de tarifa social para baixa renda será extinto, porque o mercado não tem piedade, não tem coração. Quando tivemos uma pandemia como tivemos, não pensaram duas vezes em cortar a luz e deixar o povo no escuro, morrendo nas suas casas, assim como o pedágio não teve coragem de abrir a cancela para o povo passar quando morria procurando socorro de saúde. É isso que vocês estão vendo aqui hoje. Não existe, não existe justificativa para a venda da Copel. A empresa é avaliada em R\$ 23 bilhões, R\$ 23 bilhões, no último ano deu 5.1 bilhão de lucro, foi motivo de rojão e faixa no Palácio do Iguaçu. Mas em seis meses eles mudaram o entendimento: Precisamos de investimento. Qual investimento? Só a Copel investiu aproximadamente 2 bilhões no Estado o ano passado e vocês vão entregar ela por 3. Vão cometer um crime contra o povo paranaense. O Governador está sendo mal orientado. O Governador está sendo influenciado, ou o Governador está agindo de caso pensado. Dessas três soluções, Deputada Mabel, todas são possíveis de acontecer. Mas a que tenho certeza de que vai acontecer é que o nosso bolso será o primeiro a ser ferido. É que o nosso patrimônio será roubado, porque muitos que estão aqui hoje serão lembrados. Dia

30/10 produziu-se um fato relevante pela Copel, colocando que haveria um estudo para modificar o potencial operacional visando investimento da Copel. Em menos de 20 dias não saiu estudo, não foi publicizado o estudo, mas provocou-se o fato relevante que estaria deixando o Estado, abrindo mão das suas ações. O que aconteceu? Teve malandro que ganhou dinheiro na Bolsa de Valores. Na sexta-feira que antecede a segunda do fato relevante, quase triplicou a venda, a compra de ações da Copel. Na segunda-feira, a ação estava 22% mais cara. Por isso, nós, da Oposição, notificamos a CVM, Comissão de Valores Mobiliários, para colocar o nome daqueles que compraram ações. Para trazer a público quem tem informação privilegiada. Fizemos um documento também e notificamos o Ministério Público Federal para acompanhar todo esse processo, uma vez que tem relação com a Bolsa de Valores. Entramos em contato com o Tribunal de Contas para vir aqui participar, porque a Copel é patrimônio público, e é a área de atuação do Tribunal de Contas. Entramos com uma ação popular. Estamos preparando, defendendo o serviço público, o patrimônio público. E vamos entrar com mandato de segurança pelo PT Nacional para derrubar a venda da Copel aqui no Paraná. Estamos nos esforçando. Hoje mesmo será votado um requerimento de suspensão do projeto e outro requerimento, para caso ele avance, ele tramite em mais Comissões aqui desta Casa. Precisamos ouvir o povo de verdade. Os conselheiros do Governador já foram ouvidos. Peço a Deus que toque o coração do Ratinho, assim como foi tocado pelo agronegócio. Que ele seja tocado por esse povo que está aqui e recue dessa insanidade. Recue disso. Aqui não estamos fazendo só papel de Oposição. Aqui estamos fazendo o papel de cidadão paranaense. A Copel é nossa. Tirem as mãos dela já. (Manifestações nas galerias.) A hora que precisamos, nós, Presidente Cobra, respeitamos os resultados das urnas. Perdemos a eleição para o Governador em 2018, perdemos agora em 2022, mas respeitamos a soberania popular acima de tudo. Esse tema nunca foi discutido em nenhuma das duas eleições. Esse tema foi escondido. Esse tema não está no PPA, que é o Plano Plurianual. Esse tema não está no plano de Governo. Esse tema não está na mente e no coração do povo paranaense. O povo paranaense não é os seus conselheiros do Palácio do

Iguaçu. Por isso, defesa da Copel já! Defesa do povo paranaense já! Não à venda do patrimônio do povo!

SR. PRESIDENTE (Deputado Cobre Repórter – PSD): Liderança do Governo, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Venho observando, de forma muito responsável, a fala de todos os Deputados que me antecederam, lideranças importantes no cenário político do Estado, Deputados que conhecem a realidade do Estado do Paraná, que sabem da pujança e do orgulho que todos temos de ser paranaenses, de viver neste Estado. O Estado que teve a honra, por meio do esforço de todo o povo paranaense, de chegar agora na última semana e ser agraciada como a quarta maior economia do País. Então, isso mostra que o povo paranaense trabalha muito, tem gerado muito emprego, muita oportunidade. Tem dado às pessoas que vivem aqui uma condição diferenciada de qualidade de vida. E passamos todos agora por um processo eleitoral. Nós que estamos aqui dentro vivemos em um País democrático, onde temos o contraditório, a possibilidade, graças a Deus, de poder divergir de opiniões, daquilo que alguns acreditam, daquilo que acreditamos. E esta Casa é uma Casa importante para que possamos dialogar, ouvir as interpelações da sociedade que está aqui dentro. A grande maioria do povo paranaense nos colocou aqui com essa responsabilidade para que possamos conduzir os dias do nosso povo paranaense de forma responsável e equilibrada. O povo paranaense, nas últimas eleições agora de outubro, continuou acreditando no trabalho do Governador Ratinho Junior, onde deu a ele, praticamente, 70% de aprovação. E deu ao Presidente Lula a responsabilidade de gerir o País. E não são simples as tomadas de decisões com todo esse mundo que estamos vivenciando de guerra, de estagnamento, de recessão em países da Europa, dos Estados Unidos, na própria China. Isso tudo influencia o dia a dia do mercado, influencia o dia a dia do nosso povo gerando mais inflação, gerando dificuldades, mas o Estado do Paraná vem em um crescimento, em uma velocidade, dando a nós esta oportunidade de quarta maior economia e fazendo

com que tenhamos que construir pontes institucionais. Espero aqui, ouvindo a fala do Líder da Oposição, do Arilson, que tenho sempre tratado de forma republicana os assuntos que são de interesse do Estado, queremos que tudo isso que disse aqui o Arilson, disse aqui também o próprio Deputado Anibelli, que possamos ter condições de tratar assuntos de relevância entre o Governo Federal e o Governo do Estado. Para que possamos conduzir de forma mais responsável possível a vida do povo paranaense. Temos questões, e aqui quero parabenizar enormemente todos os Deputados que tenham uma relação como uma das grandes molas propulsoras de desenvolvimento econômico do nosso Estado, que é o agronegócio. E que, com as entidades de classe, com a opinião pública, busquemos mostrar ao Governador Ratinho Junior que está passando, e com a responsabilidade que tem, por esse período, de buscar esse entendimento com o novo Governo Federal soluções para que possa dar condições para que o Governo possa suportar, talvez, momentos mais difíceis, crises. E conseguimos construir, com toda a Base, mostrando ao Governador, e aí quero aqui também parabenizar a atitude do Governador pela sua sensibilidade, pela maneira de ter nos ouvido ontem, de ter nos ouvido hoje com relação a essa instabilidade que pode ser criada por uma posição que ele está buscando de achar soluções para passarmos por esse período turvo de ainda ter relações com o novo governo, de saber lidar com esse assunto que foi colocado para que pudéssemos votar. E quero aqui parabenizar o Presidente da Comissão de Agricultura que me antecedeu, Deputado Anibelli, que fez uma construção histórica dos avanços que o agronegócio teve nos últimos anos com os investimentos, investimentos que a própria Copel fez também na questão trifásica, oportunizando ao setor produtivo gerar ainda mais riqueza, desenvolvimento, crescimento, qualidade de vida, emprego, para que pudéssemos dar a oportunidade de ser a quarta maior economia do País, para que possamos achar soluções. E por meio do entendimento e da sensibilidade do Governador Ratinho Junior, o Governador está sendo sensível de retirar da pauta dessa negociação, acreditando que pode ter, com o novo Governo, como disse aqui o Deputado Arilson, entendimentos para que possamos achar soluções que não sejam amargas para o setor produtivo

e conseqüentemente para a população paranaense. Então, por meio da capacidade, da maturidade do Governador Ratinho Junior, tivemos hoje o entendimento com todos os Deputados, e quero parabenizar, fiz a minha função de Líder, ouvindo as entidades de classe, ouvindo o setor produtivo, ouvindo os produtores rurais, mas, acima de tudo, ouvindo esta Casa e o Governador. Quero parabenizá-lo pela sua sensibilidade de retirar, neste momento, essa discussão, por acreditar naquilo que o Deputado Arilson, Líder da Oposição, disse aqui a nós neste momento: que quer buscar o entendimento de forma republicana, sadia, responsável, para que o Estado do Paraná não sofra sanções com o novo Governo Federal. Acredito na sua palavra, Deputado Arilson, que você vai ajudar a construir pontes para que o Governador não precise tomar atitudes amargas e para que possamos continuar de forma responsável atendendo ao povo paranaense. Quero saudar os nossos Deputados estaduais que foram firmes nessa posição, que construíram esse entendimento, mas, acima de tudo, a responsabilidade do homem que exerce o Poder Público do Estado do Paraná, que teve 70% dos votos, que foi o Governador Ratinho Junior...

Deputado Plauto Miró (UNIÃO): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... pela sensibilidade de entender que podemos construir pontes com o novo governo, para que possamos buscar soluções que não prejudiquem o povo paranaense. Quero dar o aparte ao Deputado Plauto.

Deputado Plauto Miró (UNIÃO): Deputado, quero parabenizar o seu trabalho de entendimento dentro da Assembleia para que pudesse ser revisto o Projeto de Lei que taxa a área do agronegócio no Estado do Paraná e a sensibilidade do Governador Ratinho Junior de perceber que a grandeza está justamente nisso: em você saber recuar nos momentos importantes como ele fez com relação à taxação do agronegócio. Parabéns pelo seu trabalho e ao Governador do Estado de ter essa sensibilidade. Obrigado, Deputado.

Deputado Natan Sperafico (PP): Deputado, um aparte, por favor?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quem gostaria?

Deputado Natan Sperafico (PP): Natan Sperafico.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Com o aparte o Deputado Natan Sperafico.

Deputado Natan Sperafico (PP): Também gostaria de agradecer ao nosso Líder Marcel por ter ouvido os Deputados que representam aqui o agronegócio e toda essa cadeia produtiva que pediu, encarecidamente, para que fosse feita a retirada de pauta. Agradecer ao Governador por ter ouvido a sua Base e sabendo da importância que tem, o peso que tem... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado, por favor.

Deputado Natan Sperafico (PP): O peso que tem o produtor do nosso Estado e sabendo do impacto que isso causaria a toda a população no preço dos alimentos. Agradecer ao Marcel Micheletto e ao Governador Ratinho Junior por ter atendido ao nosso pedido.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero dividir, Natan, isso com todos vocês, com esta Casa, que é a voz do povo paranaense para buscar esse entendimento, e creio que aquilo que o Deputado Líder da Oposição, Deputado Arilson disse aqui, possamos concluir. Temos responsabilidade social e econômica com o nosso povo paranaense e é assim que queremos: que este Estado continue avançando e que possa ser, mais uma vez, essa grande locomotiva de progresso do país. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Sperafico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (**53 Parlamentares**); **Deputado ausente sem justificativa**: Jonas Guimarães (PSD) (**1 Parlamentar**).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 501/2022**, dos Deputados Michele Caputo, Arilson Chiorato e Goura, que altera o art. 6.º da Lei n.º 18.664, de 22 de dezembro de 2015, que atualiza o valor das obrigações de pequeno valor, para fins do disposto nos §§ 3.º e 4.º do art. 100 da Constituição Federal, e adota outras providências; **Autuado sob o n.º 502/2022**, do Deputado Natan Sperafico, que concede o Título de Capital Paranaense da Suinocultura ao município de Toledo; **Autuado sob o n.º 503/2022**, do Deputado Cobra Repórter,

que concede o Título de Capital Estadual da Laranja ao município de Paranaíba; **Autuado sob o n.º 504/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que dispõe sobre a divulgação de canais de denúncia contra maus-tratos aos animais – SOS Animal – no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 505/2022**, do Deputado Requião Filho, que institui, no Estado do Paraná, o Projeto Memórias Paranaenses.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 11/2022**, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto n.º 12.519, de 26 de outubro de 2022, que autoriza isenção de ICMS em operações com máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e peças, quando adquiridos para construção e ampliação de terminais portuários marítimos localizados no Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 35/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 116/2022, que cria o Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Declaro meu voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Francisco Bühner, Goura e Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Votou Não:* *Homero Marchese (1 Deputado); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Artagão Junior, Goura, Jonas Guimarães, Marcio Nunes e Plauto Miró (6 Deputados).*] **Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 35/2022. Quarenta e oito votos com o voto do Deputado Marcio e 1 “não”. Está aprovado o Projeto. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, também registra em Ata o voto favorável do Deputado Goura.)**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 305/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1103/2022, que institui o auxílio-creche, de caráter ressarcitório, aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, para registrar meu voto “*sim*” na votação anterior. Não consegui fazer aqui no sistema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Goura registra voto “*sim*” no Item 1; devidamente registrado. Deputado Marcel Micheletto, seu voto, Marcio Pacheco, Nereu Moura, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano, Tiago Amaral, Evandro Araújo, Francisco Bühner. Votação encerrada: **[Votaram *Sim*: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Coronel Lee e Homero Marchese (3 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Marcio Pacheco, Nereu Moura e Soldado Adriano José (6 Deputados).]** Com 45 votos favoráveis e 3 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 305/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Adriano José.)**

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, registre meu voto “*sim*”, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado.

Todos os demais Itens da pauta tiveram pedido de vista na CCJ, portanto estão retirados da pauta.

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 446/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 77/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná e da Lei n.º

17.732, de 28 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Recuperação dos ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **Substitutivo geral de Plenário aguardando parecer da CCJ. Retirado de pauta.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 483/2022, de autoria da Mesa Executiva, que fixa os subsídios do Governador, do vice-Governador e dos Secretário de Estado. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Retirado de pauta.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 489/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 99/2022, que altera a Lei Complementar n.º 244, de 30 de março de 2022, que altera a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010, que dispõe sobre a reestruturação do Agente Fiscal da Coordenação da Receita do Estado, que passa a ser denominado Auditor Fiscal, conforme especifica e dá outras providências. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Fianças e Tributação. Regime de urgência. Retirado de pauta.**

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 493/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 103/2022, que autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia – Copel em corporação através da alienação parcial das ações e dá outras providências. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Retirado de pauta.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 104/2022, que altera a Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.º 123, de 14 de julho de 2022, e dar outras providências. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Retirado de pauta.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 497/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 108/2022, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.** Regime de urgência. **Retirado de pauta.**

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 498/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 109/2022, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Logística do Estado do Paraná – FDI/PR. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.** Regime de Urgência. **Retirado de pauta.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 499/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 110/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 13.666, de 5 de julho de 2002, que trata das carreiras de apoio, de execução, de aviação, socioeducativa e profissional do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, e adota outras providências. **Aguardando pareceres da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação.** Regime de urgência. **Retirado de pauta.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 3437/2022, do Deputado Tadeu Veneri, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando informações e documentos ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre a possível mudança de composição societária na Copel e Protocolo n.º 19.665.765-7 gerado pela Casa Civil do Governo do Estado do Paraná.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero fazer um pedido aos Deputados da Base, para rejeitar o requerimento do Deputado Tadeu Veneri, votar “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vota “sim” ao requerimento do Deputado Tadeu Veneri.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Votando, Sr.^s Deputados. Vamos ao painel. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Mais uma vez, peço para os Deputados da Base votarem “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Tiago Amaral está votando. Deputado Michele.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Presidente, só enquanto os Deputados estão votando, só para explicar que esse pedido na verdade estamos fazendo ao Chefe da Casa Civil para que saibamos da mudança societária, quem fez as compras ou quem fez a compra de ações antecipadas da Copel, para que pudéssemos ter um quadro do que aconteceu com uma mudança significativa na última sexta-feira.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli e Nereu Moura (4 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 38 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Requerimento n.º 3538/2022, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo atenção aos conflitos fundiários envolvendo o Projeto Nova Escola.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Encaminhar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 3537/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.º 446/2022. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimento n.º 3500/2022, do Deputado Ademar Traiano, solicitando a dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 35 e 305/2022, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária, pois os mesmos foram aprovados sem emenda no curso de sua tramitação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 3487, 3493 e 3494/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e envios de voto de congratulações aos novos nomeados aos Desembargadores do TRF-4: Dr. Marcelo Malucelli; Dra. Gisele Lemke; e Dr. Luiz Antônio Bonat; **Requerimentos n.ºs 3488 e 3489/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: João Batista Leandro; e Paulo Kochanski; **Requerimento n.º 3491/2022**, dos Deputados Arilson Chiorato e demais Parlamentares, solicitando o envio de

expediente ao Governador do Estado requerendo a tomada de medidas cabíveis, conforme especifica; **Requerimento n.º 3492/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o envio de expediente ao Coordenador dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado Gaeco – Procurador de Justiça Leonir Batisti, para análise e providências que achar necessário, conforme especifica; **Requerimento n.º 3495/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa pelos 14 anos de Acampamento Fidel Castro, no município de Centenário do Sul; **Requerimento n.º 3496/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa pelo 4.º aniversário da Casa de Sementes Crioulas, localizada em Fernandes Pinheiro; **Requerimento n.º 3498/2022**, dos Deputados Marcio Nunes e Soldado Adriano José, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral da Casa Civil, Sr. Luciano Borges, requerendo a alteração em dispositivos da Lei n.º 5.940, de 8 de maio de 1969; **Requerimento n.º 3499/2022**, do Deputado Coronel Lee, Presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitando o envio de expediente ao Prefeito de Curitiba, conforme cópias de documentos, para manifestação e providências de solicitação dos Consegs Mercês-Vista Alegre e Capão Raso, sobre assuntos atinentes a Guarda Municipal; **Requerimento n.º 3501/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o registro e envio de voto de congratulações e menção honrosa ao Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, eleito Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, e para a Desembargadora Joeci Machado Camargo, eleita vice-Presidente, pela eleição da nova cúpula diretiva do TJ/PR para o biênio 2023/2024; **Requerimentos n.ºs 3502 a 3525 e 3527 a 3530/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Nicolau Swiatiw; Pedro Estevam de Camargo; Raul Ferreira Eleuterio; Carlos Borges Vasco; Julia Maria da Cunha; Carlos Otto Roggenbach; Ney Hamilton Copinski; Sebastião Rodrigues; Agenor Conceição de Moraes; Albari de Jesus Lima; Maria da Luz Camargo Wagner; Mara Eunice Alves Cordeiro; Francisca de Freitas Ferreira; Edmilson Rodrigues Schiebelbein; Joel dos Santos Dias; José Moreira; Valdecir Antonio Maravieski; Eglail Alves Oliveira; Clotilde de Jesus

Messias; Sueli Martins; Tereza de Jesus Verner; Elita Bail; Tereza Vogler; João Osmar Weber; Araci Pereira de Lima; Maria Benedita Ribeiro; Tereza Arlete Horne; e João Osmar Weber; **Requerimento n.º 3526/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e envio de voto de congratulações pelo aniversário do município de Francisco Beltrão; **Requerimento n.º 3531/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e envio de voto de congratulações ao município de General Carneiro; **Requerimento n.º 3532/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos atletas e instituições das artes marciais do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 3533/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Federação Paranaense de Judô; **Requerimento n.º 3534/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Helder Faggion; **Requerimento n.º 3535/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Ney de Lucca Mecking; **Requerimento n.º 3536/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do Detran/PR, Sr. Adriano Furtado, requerendo o credenciamento de clínica no município de Pato Branco para a realização de exame médico especial para pessoas com deficiência – PcD para emissão ou renovação da Carteira de Habilitação – CNH; **Requerimento n.º 3540/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo apoio temporário às Unidades de Conservação Federais no Paraná; **Requerimento n.º 3541/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo a elaboração urgente de um Plano Estadual de Ação Climática; **Requerimento n.º 3542/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo a criação do 2.º Batalhão de Polícia Ambiental.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3497/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o arquivamento do Requerimento protocolado sob o n.º 3440/2022, de sua autoria; **Requerimento n.º 3539/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo, com amparo nos art.ºs 34, 38, 45, 51, 52, 54, 57, 61, 133, § 2.º, 154, § 7.º, 155, § 1.º, que a Proposição de n.º 493/2022, de autoria do Poder Executivo, seja enviada para análise e emissão de parecer para algumas Comissões Permanentes.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 3490/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 8 de novembro de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 22 de novembro de 2022, à hora e regimental, e uma **Sessão Extraordinária** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia:**
Ordinária: 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 446/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 483/2022, 489/2022, 493/2022, 494/2022, 497/2022 e 499/2022; **Extraordinária:** 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 446/2022; e 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 489/2022, 493/2022, 494/2022, 497/2022 e 499/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h43, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)